Ventos do Sul Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Junho de 2022 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 –
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 4 de agosto de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

2022CB016179

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Análise de resultados
Ventos do Sul Energia S.A

No período findo em junho de 2022 o lucro líquido foi de R$ 30.533, representando um aumento de 25% (R$ 6.101) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 24.432. O principal motivo para o incremento é o aumento de preço pela Eletrobrás.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

	2º Trimestre			1º Trimestre		
	2022	2021	AH%	2022	2021	AH%
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**105.658**	**87.045**	**21,4%**	**53.218**	**35.324**	**50,7%**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(9.934)	(8.207)	21,0%	(5.041)	(3.561)	41,6%
Receita Operacional Líquida	**95.724**	**78.838**	**21,4%**	**48.177**	**31.763**	**51,7%**
Custo da Operação	(38.302)	(32.911)	16,4%	(18.348)	(15.300)	19,9%
LUCRO BRUTO	**57.422**	**45.927**	**25,0%**	**29.829**	**16.463**	**81,2%**
Despesas / Receitas Operacionais						
Gerais e administrativas	(2.936)	(3.243)	(9,5%)	(1.328)	(1.457)	(8,9%)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.795	2.431	15,0%	1.325	1.141	16,1%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**57.281**	**45.115**	**27,0%**	**29.826**	**16.147**	**84,7%**
Receitas financeiras	3.423	440	678,0%	1.643	125	1.214,4%
Despesas financeiras	(14.384)	(8.556)	68,1%	(6.602)	(4.182)	57,9%
Variação cambial, líquida	-	1	-	-	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**46.320**	**37.000**	**25,2%**	**24.867**	**12.090**	**105,7%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(15.787)**	**(12.568)**	**25,6%**	**(8.449)**	**(4.105)**	**105,8%**
Corrente	(15.925)	(12.717)	25,2%	(8.520)	(4.181)	103,8%
Diferido	138	149	(7,4%)	71	76	(6,6%)
Lucro Líquido do Período	**30.533**	**24.432**	**25,0%**	**16.418**	**7.985**	**105,6%**
Lucro por ações						
Lucro Líquido Básico por ação	**0,22**	**0,17**	**25,0%**	**0,12**	**0,06**	**105,6%**
Lucro Líquido Diluído por ação	**0,22**	**0,17**	**25,0%**	**0,12**	**0,06**	**105,6%**

	2º Trimestre		1º Trimestre	
Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA	2022	2021	2022	2021
Lucro Líquido	**30.533**	**24.432**	**16.418**	**7.985**
Depreciação e amortização	10.208	10.038	5.104	5.019
Resultado Financeiro	10.961	8.115	4.959	4.057
Contribuição Social	4.182	3.330	2.238	1.089
Imposto de renda	11.605	9.238	6.211	3.016
EBITDA	**67.489**	**55.153**	**34.930**	**21.166**
Margem EBITDA	**70,5%**	**70,0%**	**72,5%**	**66,6%**

Receita Bruta
A receita bruta registrada no período findo em junho de 2022 foi de R$ 105.658, representando um acréscimo de 21,4% (R$ 18.613) se comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 87.045.

Deduções da receita Bruta
O total de deduções da receita bruta registradas no período findo em junho de 2022 foi de R$ 9.934, representando um acréscimo de 21% (R$ 1.727) se comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 8.207.

Custo da Operação
O custo de operação registrado no período findo em junho de 2022 foi de R$ 38.302, apresentando um incremento de 16,4% (R$ 5.391) se comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 32.911.

Gerais e Administrativos
Os gastos gerais e administrativos registrados no período findo em junho de 2022 foram de R$ 2.936, apresentando uma redução de 9,5% (R$ 307) se comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 3.243.

Resultado financeiro
O resultado financeiro líquido registrado no período findo em junho de 2022 se apresentou negativo em R$ 10.961, representando um incremento de 35,1% (R$ 2.846) se comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 8.115.
Este aumento é decorrente principalmente do aumento nas despesas financeiras, que totalizaram o montante de despesa de R$ 14.384 no período findo em junho de 2022, representando um incremento de 68,1% (R$5.828) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 8.556.

Contribuição Social e Imposto de Renda
As despesas com tributos sobre o resultado no período findo em junho de 2022 somaram R$ 15.787, representando um incremento de 25,6% (R$ 3.219) se comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 12.568. Este reflexo se refere principalmente aos efeitos da variação no Lucro Antes dos Tributos.

Lucro Líquido e EBITDA
Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado no período findo em junho de 2022 foi de R$ 30.533, representando um incremento 25% (R$ 6.101) se comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 24.432.
Na mesma base de comparação, o EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) foi de R$ 67.489, representando uma margem EBITDA de 70,5% em relação a receita líquida. Quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, apresentou um aumento de 22,4%, período no qual o montante obtido foi de R$ 55.153.

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021
(Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.710	11.995
Contas a receber de clientes	6	32.299	31.621
Despesas antecipadas		13	712
Impostos a recuperar	7	3.791	210
Outros créditos		14	45
Total		**47.827**	**44.583**
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	35.829	34.155
Impostos a recuperar	7	1.196	1.169
Outros créditos		81	80
IRPJ e CSLL diferidos	9	1.183	1.045
Arrendamentos	14	3.722	3.083
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	259.579	268.945
Total		**301.647**	**308.534**
Total		**349.474**	**353.117**

Patrimônio líquido e passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores		1.215	1.370
Contas a pagar - Eletrobras	11	70.321	39.047
Debêntures	12	54.059	50.535
Impostos a recolher		1.276	1.266
Provisão IRPJ e CSLL		7.061	752
Partes relacionadas	21.1	1.248	1.572
Dividendos a pagar	21.2	27.058	38.529
Outras obrigações		344	905
Provisões		650	650
Arrendamentos	14	566	363
Total		**163.798**	**134.989**
Não Circulante			
Debêntures	12	142.732	167.838
Arrendamentos	14	3.573	3.074
Provisão para desmobilização	10.3	7.681	7.530
Total		**153.986**	**178.442**
Total do Passivo		**317.784**	**313.431**
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	964	964
Reservas de lucro	15	30.726	38.722
Total do patrimônio líquido		**31.690**	**39.686**
Total		**349.474**	**353.117**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações de Resultados

Para os Períodos de Três e Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	47.546	95.724	47.075	78.838
Custo da Operação	18	(19.954)	(38.302)	(17.611)	(32.911)
LUCRO BRUTO		**27.592**	**57.422**	**29.464**	**45.927**
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(1.608)	(2.936)	(1.786)	(3.243)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	1.470	2.795	1.290	2.431
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**27.454**	**57.281**	**28.968**	**45.115**
Receitas financeiras	19	1.780	3.423	315	440
Despesas financeiras	19	(7.782)	(14.384)	(4.374)	(8.556)
Variação cambial, líquida		-	-	1	1
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**21.452**	**46.320**	**24.910**	**37.000**
Imposto de Renda e Contribuição Social	9				
Corrente		(7.405)	(15.925)	(8.536)	(12.717)
Diferido		67	138	73	149
Lucro Líquido do Período		**14.114**	**30.533**	**16.447**	**24.432**
Lucro por ação					
Lucro Líquido Básico por ação	20	**0,10**	**0,22**	**0,12**	**0,17**
Lucro Líquido Diluído por ação	20	**0,10**	**0,22**	**0,12**	**0,17**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Para os Períodos de Três e Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021
(Em milhares de reais - R$)

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro Líquido do Período	14.114	30.533	16.447	24.432
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	**14.114**	**30.533**	**16.447**	**24.432**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021
(Em milhares de reais - R$)

			Reservas de Lucro			
	Nota	**Capital Social**	**Reserva Legal**	**Reserva Especial**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**964**	**193**	**32.890**	**-**	**34.047**
Lucro líquido do período		-	-	-	24.432	24.432
Destinação de Dividendos		-	-	(19.109)	-	(19.109)
Saldo em 30 de junho de 2021		**964**	**193**	**13.781**	**24.432**	**39.370**
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**964**	**193**	**38.529**	**-**	**39.686**
Lucro líquido do período		-	-	-	30.533	30.533
Destinação de Dividendos		-	-	(38.529)	-	(38.529)
Saldo em 30 de Junho de 2022		**964**	**193**	**-**	**30.533**	**31.690**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do período		**30.533**	**24.432**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	15.787	12.568
Crédito de Pis e Cofins		(719)	(851)
Juros sobre a dívida	19	13.415	7.831
Despesas Financeiras com Desmobilização	19	151	105
Despesas Finan. Arrendamento	19	216	182
Depreciação Arrendamento	14	92	74
Amortização Desmobilização	10	192	275
Depreciação e amortização	10	9.924	9.689
		69.591	**54.305**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(678)	(11.097)
Créditos diversos		31	27
Impostos a recuperar		(3.608)	(1.810)
Despesas antecipadas		699	726
Fornecedores		(155)	(173)
Contas a pagar - Eletrobras		31.274	23.200
Impostos a recolher		10	187
Partes Relacionadas		(324)	(3.326)
Outras obrigações		(561)	(171)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**96.279**	**61.868**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(9.616)	(9.168)
Pagamento de juros	12.2	(9.682)	(4.090)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**76.981**	**48.610**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(32)	(55)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(32)**	**(55)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Arrendamento	14	(245)	(204)
Pagamento de debentures	12.2	(25.585)	(23.797)
Comissionamento	12.2	270	270
Pagamento de dividendos	15	(50.000)	(30.000)
Aplicações financeiras vinculadas		(1.674)	(1.470)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(77.234)**	**(55.201)**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(285)**	**(6.646)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	11.995	22.240
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	11.710	15.594

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2022 e 30 de Junho de 2021
(Em milhares de reais - R$)

	30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS	108.453	89.476
Vendas de energia	105.658	87.045
Outras receitas	2.795	2.431
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	30.061	25.262
Custos da Operação	27.248	22.172
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.813	3.090
VALOR ADICIONADO BRUTO	78.392	64.214
Depreciação e Amortização	10.208	10.038
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	68.184	54.176
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.423	440
Receitas financeiras	3.423	440
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	71.607	54.616
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	71.607	54.616
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	25.721	20.783
Federais	25.721	20.775
Municipais	-	8
REMUNERAÇAO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	15.353	9.401
Juros	14.384	8.555
Aluguéis	969	846
REMUNERAÇAO DE CAPITAIS PROPRIOS	30.533	24.432
Lucro retido	30.533	24.432
	71.607	54.616

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2022
(Em milhares de reais – R$)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G.	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	100%

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu a Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n. º 2879/2020 até 14/05/2025. O documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de compra e venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 14 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2022), a geração média anual equivale a 381 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações financeiras intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 115.971 em 30 de junho de 2022 (R$ 78.208 em 30 de junho 2021). Decorrente do contas a pagar Eletrobrás conforme descrito na nota explicativa n° 11 e o fluxo de pagamento de debêntures.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade às suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas informações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio estar atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia.

Os ativos da companhia seguem em operação, apresentando uma taxa de disponibilidade superior a 98%, que indica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período, mantendo o seu desempenho conforme o esperado e sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e com isso, manter sua continuidade operacional.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base da preparação

As informações Intermediárias - ITR estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições contidas no CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As ITR's também foram preparadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR's.

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, e portanto, devem ser lidas em conjunto.

Determinadas informações contidas nas notas explicativas, divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2021, que não sofreram modificações nos primeiros seis meses de 2022, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2021.

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 04 de agosto de 2022.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia sendo também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período findo em 30 de junho de 2022. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi elaborada com base nas informações obtidas dos registros contábeis utilizados na preparação das informações financeiras intermediárias e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, juntamente aos tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao período findo em 30 de junho de 2022 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:

(I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.

(II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.

(III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual.

(IV) Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido.

(V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato.

(VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.

(VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.

(VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.

(IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas informações financeiras intermediárias.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores.

4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estimada a taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº. 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo de caixa e bancos	7.083	61
Aplicações financeiras	4.627	11.934
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	11.710	11.995

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/2022	31/12/2021
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	104% CDI a.a.	33	31
Banco Itaú	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	108,74% do CDI a.a.	4.594	11.903
				4.627	11.934

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás:

	30/06/2022	31/12/2021
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	32.299	31.621

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 30 de junho de 2022.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
IR a compensar	3.415	1.283
CSLL a compensar	1.363	96
	4.778	1.379
Circulante	3.791	210
Não Circulante	1.196	1.169
	4.987	1.379

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo “ITAU TOP DI FIC R” mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI.

As aplicações derivadas destas contas correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/2022	31/12/2021
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	108,74% do CDI a.a.	35.829	34.155

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Resultado antes dos tributos	21.452	46.320	24.910	37.000
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(7.288)	(15.737)	(8.469)	(12.580)
Outras diferenças permanentes líquidas	(50)	(50)	6	12
Imposto de renda e contribuição social	(7.338)	(15.787)	(8.463)	(12.568)
Corrente	(7.405)	(15.925)	(8.536)	(12.717)
Diferido	67	138	73	149
Total	(7.338)	(15.787)	(8.463)	(12.568)
Alíquota efetiva	(34,21%)	(34,08%)	(33,97%)	(33,97%)

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30/06/2022			31/12/2021		
Ativo Diferido	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças Temporárias	870	313	1.183	768	277	1.045
Ativo Não Circulante	870	313	1.183	768	277	1.045

Realização do ativo diferido

2022	1.183
Total	1.183

10 IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	30/06/2022 Custo	30/06/2022 Depreciação e amortização acumulada	30/06/2022 Líquido	31/12/2021 Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	864	(782)	82	70
Máquinas e equipamentos	10%	1.882	(1.053)	829	920
Móveis e utensílios	10%	823	(765)	58	72
Instalações	10%	300	(190)	110	123
Veículos	20%	129	(129)	-	13
Operação do sistema:					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.874	(46.276)	38.598	39.934
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(385.283)	214.322	222.042
Desmobilização		6.878	(1.298)	5.580	5.771
		695.355	(435.776)	259.579	268.945

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2020	43.603	246.047	289.650
Adições	463	-	463
Baixa Desmobilização	-	(2.453)	(2.453)
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(548)	(548)
Depreciação do exercício	(2.934)	(16.670)	(19.604)
Saldo em 31/12/2021	41.132	227.813	268.945
Adições	32	-	32
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	718	718
Amortização Desmobilização	-	(192)	(192)
Depreciação do período	(1.486)	(8.438)	(9.924)
Saldo em 30/06/2022	39.678	219.901	259.579

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 219.901 (R$ 227.813 em 2021) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 30 de junho de 2022.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 98,82% em 2022, 99,13 % em 2021 e 99,06% em 2020, indicam que as máquinas mantêm ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Provisão Passiva de Desmobilização	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.773
Atualização de Provisão	(2.453)
Despesa Financeira	210
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.530
Despesa Financeira	151
Saldo em 30 de junho de 2022	7.681

11 CONTAS A PAGAR - ELETROBRÁS

	30/06/2022	31/12/2021
Contas a pagar - Eletrobras	70.321	39.047

Conforme contrato de compra e venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12 DEBÊNTURES

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em junho de 2022 foi efetivada a sexta amortização de debêntures.

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R$227.000	(508)	131.656	684	131.832
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R$98.000	(1.245)	66.120	84	64.959
			R$325.000	(1.753)	197.776	768	196.791

	30/06/2022	31/12/2021
Circulante	54.059	50.535
Não Circulante	142.732	167.838
Total Debêntures	196.791	218.373

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2023	45.119
2024	48.018
2025	49.595
Total Passivo não Circulante	142.732

12.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures	
Saldo inicial - 31/12/2020	257.363
Juros incorridos	7.831
Amortização de debêntures	(23.797)
Amortização de juros	(4.090)
Custo de captação a apropriar	270
Saldo final - 30/06/2021	237.577
Saldo inicial - 31/12/2021	218.373
Juros incorridos	13.415
Amortização de debêntures	(25.585)
Amortização de juros	(9.682)
Custo de captação a apropriar	270
Saldo final - 30/06/2022	196.791

12.3. Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;

ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);

iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia cumpriu as cláusulas de *covenants* pré-estabelecidas. Tendo em vista que a exigibilidade de comprimento é anual, para o exercício social de 2022 a Companhia vem acompanhando os índices financeiros.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 15).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	30/06/2022	31/12/2021
Dívida (a)	196.791	218.373
Caixa, Equivalentes e aplicações vinculadas (b)	47.539	46.150
Dívida líquida	149.252	172.223
Patrimônio líquido (c)	31.690	39.686
Índice de endividamento líquido	4,71	4,34

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O valor é composto de caixa e equivalentes e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	30/06/2022	31/12/2021
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	11.710	11.995
Aplicações financeiras vinculadas	2	35.829	34.155
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber de Clientes	-	32.299	31.621
Total dos ativos financeiros		79.838	77.771

Passivos Financeiros	Nível	30/06/2022	31/12/2021
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Custo amortizado			
Fornecedores	-	1.215	1.370
Contas a pagar - Eletrobrás	-	70.321	39.047
Partes Relacionadas e dividendos a pagar	-	28.306	40.101
Debêntures	-	196.791	218.373
Outras obrigações	-	344	905
Total dos passivos financeiros		296.977	299.796

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 30 de junho de 2022, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil similar ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 30/06/2022
Passivos					
Fornecedores	1.215	-	-	-	1.215
Contas a pagar - Eletrobrás	35.160	35.161	-	-	70.321
Partes Relacionadas e dividendos	28.306	-	-	-	28.306
Outras obrigações	344	-	-	-	344
Debêntures	35.854	32.624	97.407	67.037	232.922
	100.879	67.785	97.407	67.037	333.108

13.4. Risco de mercado

Se refere aos riscos de mercado e como essas mudanças refletirão nas taxas de câmbio, taxas de juros e de preços, impactando diretamente nas receitas da Companhia e valor de seus instrumentos financeiro, tendo como objetivo controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e CDI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do período findo em 30 de junho de 2022:

Risco	Instrumentos	Variação de 50%
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	35.829
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	11,77%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	5,89%
	Perda	(2.110)
	Passivo Financeiro	
Alta do CDI	Debêntures Série 1	131.832
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	12,52%
	Efeito anual nas Debêntures	6,26%
	Perda	(8.253)
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	64.959
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	8,15%
	Efeito anual nas Debêntures	2,45%
	Perda	(1.591)

13.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

14.1. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação".

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	30/06/2022				2021
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos					
Contrato de Locação	Até 2040	1.017	(128)	889	635
Contrato de Locação	Até 2041	1.030	(111)	919	776
Contrato de Locação	Até 2042	1.296	(140)	1.156	969
Contrato de Locação	Até 2045	860	(102)	758	703
		4.203	(481)	3.722	3.083

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2020	2.722
Adição	508
Depreciação	(73)
Saldo em 30/06/2021	3.157
Saldo em 31/12/2021	3.083
Adição	731
Depreciação	(92)
Saldo em 30/06/2022	3.722

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2020	34	2.949	2.983
Adição	-	508	508
Juros	-	182	182
Transferências	365	(365)	-
Amortizações	(204)	-	(204)
Saldo em 30/06/2021	195	3.274	3.469
Saldo em 31/12/2021	363	3.074	3.437
Adição	-	731	731
Juros	-	216	216
Transferências	448	(448)	-
Amortizações	(245)	-	(245)
Saldo em 30/06/2022	566	3.573	4.139

c) PIS e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de junho 2022.

Passivo "leasing" saldo final	2022
Conforme apresentado IFRS 16	4.139
Com efeito da inflação	4.449
	7,50%

Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	3.722
Com efeito da inflação	4.001
	7,50%

Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	216
Com efeito da inflação	232
	7,50%

Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	92
Com efeito da inflação	99
	7,50%

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no período:

	30/06/2022	30/06/2021
Despesa Arrendamentos	846	702

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

c) Distribuição de lucro:

c.1) Conforme a Ata de 20 de abril de 2022, a Companhia destinou dividendos no valor de R$ 38.529, atingindo o total de destinação de dividendos referentes ao lucro de 2021. No período findo em 30 de junho de 2022 a Companhia pagou R$50.000 de dividendos (R$ 30.000 no período findo em 30 de junho de 2021).

c.2) A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, o qual determina a destinação mínima de dividendos de 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos.

c.3) Lucro Líquido do período – A Companhia obteve o lucro líquido de R$ 30.533, o qual será mantido na rubrica de lucros acumulados, até o encerramento do exercício de 2022.

16. RECEITA

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Receita Bruta				
Venda de energia	52.439	105.658	51.721	87.045
Impostos sobre vendas	(4.893)	(9.934)	(4.646)	(8.207)
Receita líquida	47.546	95.724	47.075	78.838

17. SEGMENTO OPERACIONAL

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

18. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Despesa Classificada por função				
Custo da Operação	19.954	38.302	17.611	32.911
Gerais e Administrativas	1.608	2.936	1.786	3.243
Outras receitas operacionais líquidas	(1.470)	(2.795)	(1.290)	(2.431)
Total	20.092	38.443	18.107	33.723
Despesa Classificada por natureza				
Custo de Operação e Manutenção	11.422	21.218	9.516	16.825
Encargos Uso do Sistema e Produção	3.011	6.030	2.676	5.346
Arrendamentos	417	846	400	702
Depreciação	5.104	10.208	5.019	10.038
Despesa com Seguros	353	707	366	733
Despesa com Serviços Profissionais	594	1.026	967	1.365
Outras Despesas Administrativas	661	1.203	453	1.145
Outras receitas operacionais líquidas	(1.470)	(2.795)	(1.290)	(2.431)
Total	20.092	38.443	18.107	33.723

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E VARIAÇÃO CAMBIAL

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas aplicações financeiras	1.765	3.391	311	433
Outras Despesas (Receitas)	15	32	4	7
Receitas financeiras	1.780	3.423	315	440
Despesa com Juros	(7.281)	(13.415)	(4.009)	(7.831)
Comissionamento	(135)	(270)	(135)	(270)
Despesa Financeira com Desmobilização	(76)	(151)	(52)	(105)
Despesas Financeira Arrendamento	(109)	(216)	(92)	(182)
Outros	(181)	(332)	(86)	(168)
Despesas financeiras	(7.782)	(14.384)	(4.374)	(8.556)
Variação Cambial Líquida	-	-	1	1

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação. A Companhia não possui instrumentos com efeito diluível.

Resultado por ação	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Numerador				
Lucro disponível aos acionistas	14.114	30.533	16.447	24.432
Denominador				
Número de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação – básico e diluído	0,10	0,22	0,12	0,17

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE G com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionados a operação e gestão dos parques eólicos.

21.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	30/06/2022	31/12/2021
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Elecnor do Brasil Ltda	152	132
Enerfín Sociedade de Energia Ltda	1.096	1.440
Totais	1.248	1.572

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Resultado (a)				
Custo da Operação				
Aquisição de Serviços				
Wobben Windpower Ltda	8.043	14.380	6.337	11.084
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	2.807	5.695	2.662	4.711
Elecnor do Brasil Ltda	444	888	393	786
Totais	11.294	20.963	9.392	16.581

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

21.2. Dividendos

A Companhia mantém saldo de dividendos a pagar no valor de R$27.058 que serão pagos em 2022 para os acionistas como demonstrado abaixo:

	Dividendos a pagar para Acionistas	
	30/06/2022	31/12/2021
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	2.706	3.853
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G	2.706	3.853
Rio Sul 1 Energia Ltda	21.646	30.823
Totais	27.058	38.529

21.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Trata-se dos créditos PIS e COFINS sobre a Depreciação e insumos de operação.

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Créditos de Pis e Cofins	1.470	2.795	1.290	2.431
Total	1.470	2.795	1.290	2.431

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 30/06/2022
Encargos de Transmissão	6.030
Arrendamentos	846
Wobben Windpower	2.681
Total	9.557

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.